

Lucas Pedro dos Santos

**O SENTIMENTO DE RESPEITO NA FUNDAMENTAÇÃO DA
METAFISICA DOS COSTUMES DE IMMANUEL KANT**

Monografia de Bacharelado em Filosofia

Orientador: Prof. Daniel de Luca

Belo Horizonte

Faje – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2020

Lucas Pedro dos Santos

**O SENTIMENTO DE RESPEITO NA FUNDAMENTAÇÃO DA
METAFISICA DOS COSTUMES DE IMMANUEL KANT**

Monografia apresentada ao departamento de Filosofia da
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, com o intuito
de obter o grau de bacharel em filosofia.

Orientador: Daniel de Luca Silveira de Noronha

Belo Horizonte

Faje – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2020

Lucas Pedro dos Santos

O SENTIMENTO DE RESPEITO NA FUNDAMENTAÇÃO DA METAFISICA DOS COSTUMES DE IMMANUEL KANT

Esta monografia foi julgada adequada a para obtenção de do título de Bacharel em Filosofia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Graduação em Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Belo Horizonte, 15 de Outubro de 2020

Professor Orientador:

Prof. Dr. Daniel De Luca Silveira de Noronha / FAJE

Resumo

A presente monografia tem como objetivo pesquisar o conceito de respeito na Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant. Como se sabe, o filósofo define o conceito de respeito pelo princípio supremo da moralidade como um sentimento. No entanto, a ética de Kant é fundada na razão pura prática. Ora, uma compreensão ingênua sobre sentimentos poderia levar-nos à concepção de que eles estão no domínio dos apetites e inclinações. Mas, se assim fosse, o respeito não teria lugar na ética kantiana. Assim, podemos perguntar: qual é o lugar do sentimento de respeito na arquitetura do pensamento moral de Kant? Se, ao que parece, o sentimento de respeito em Kant não deve estar associado aos apetites e as inclinações, como o filósofo o define? Enfim, no nosso trabalho pretendemos entender essa e outras questões que estejam relacionadas com o sentimento de respeito.

PALVRAS CHAVE: MORALIDADE, RESPEITO, RACIONALISMO, EMPIRISMO, BOA VONTADE

Introdução

Um dos temas que mais chamam a atenção no horizonte da filosofia é o tema da ética. Trata-se de uma reflexão sobre os costumes e os hábitos dos seres humanos, com vistas à realização do bem comum e do bem-estar dos sujeitos. Nessa seara, o objetivo dessa monografia consiste em investigar o sentimento de respeito, tal como proposto pelo filósofo Immanuel Kant na *Fundamentação da Metafísica dos costumes*.

Uma questão que surgiu no nosso horizonte reflexivo foi se o sentimento moral de respeito pode ser um elo de comunicação entre a racionalidade prática e a sensibilidade humana. Ora na medida em que Kant afirma que o respeito é um sentimento, não é claro como que esse conceito pode ter lugar na sua ética que, como se sabe, é uma ética da razão. Veremos que Kant defende a tese de que o respeito é um sentimento cognitivo, de modo a antecipar a corrente cognitivista das emoções que só surgiu no final do século XX.

Além da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o texto que se segue contará com o diálogo com dois comentadores da obra a fundamentação da metafísica dos costumes, que são eles; Dieter Schonecker e Allen W. Wood, que apresentam comentários importantes acerca da referida obra. São evocadas para o diálogo “Maria Margareth Stadnick que redigiu uma tese de Dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2007 cujo tema é o sentimento de respeito na moral Kantiana”. Além dela, Camila Ribeiro Menotti também escreveu uma tese de Dissertação de mestrado na linha da lei moral e o sentimento do respeito na filosofia prática Kantiana”.

Nosso percurso argumentativo é tal como se segue: no primeiro capítulo pretende-se levantar as bases do pensamento moral kantiano, bem como alguns princípios introdutórios. Veremos sobretudo o conceito de dever e sua relação com a boa vontade, que é o marco da ética deontológica de Kant. No segundo capítulo, veremos o lugar do conceito de respeito na arquitetura kantiana da moralidade. Por fim, o terceiro e último capítulo pretende situar o sentimento de respeito como um resultado da síntese entre racionalismo e empirismo que, como se sabe, também foi realizada por Kant em outro domínio, a saber, na *Crítica da Razão Prática*. Veremos que o sentimento de respeito em Kant é revestido por um manto de racionalidade, de maneira a se encaixar na tradição cognitivista inaugurada pelo filósofo. do Kant diante de uma hipótese de duas chaves de interpretação, que é um elemento que aparece mais fortemente presente na dissertação de Maria Margareth Stadnick, sobre este sentimento moral. Por fim, se

conclui essa parte com a defesa da importância da receptividade para moralidade em Kant. uma observação que importante trazer aqui a o final do percurso, e que nesse caminho terá como já dado a priori os elementos da racionalidade e da importância suprema que ele dá com referência ao tema, da racionalidade e da objetividade moral.

Portanto, na conclusão será feito um breve comentário se essa investigação alcançou o seu reino dos fins, e quais as implicações práticas esse caminho pode apresentar, além é claro de abordar algum elemento que denota ainda um maior cuidado com relação a investigação referente ao sentimento de respeito em relação a lei e os princípios supremos da moralidade.

1 - A Ética de Kant

Neste primeiro capítulo, temos como objetivo de entender os principais elementos da ética de Kant. Pretendemos, em um primeiro momento, expor o panorama dos elementos da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, bem como fazer junto com o Filósofo o percurso da moral vulgar para o conhecimentos filosófico. Em um segundo momento, exporemos a passagem da filosofia moral popular para uma metafísica dos costumes e, por fim, explicar o tema que vai da passagem da metafísica dos costumes para a crítica da razão pura e prática.

Para Kant, o foco da ética e bem como o princípio da moralidade está com acento posto sobre a racionalidade. Ao passo que ele trará em sua fundamentação uma certa importância à sensibilidade, mas que não é principal e, portanto, se afasta ao máximo possível dos princípios empíricos para se chegar ao máximo possível da esfera mental da razão.

Uma palavra tem já aparecido com uma certa frequência aqui, que é a moral. Segue-se então algumas reflexões decorrentes desse tema. Uma das questões que Kant em sua tentativa de apresentar uma arquitetura de seu pensamento se coloca será a crítica aos mobiles, apetites e inclinações, pois nesse sentido acredita que homem não é pensado em separado, razão da sensibilidade, mas que uma compo a outra tem como objetivo em uma questão ética se aproximar da racionalidade, procurando se afastar o máximo possível, das inclinações, apontado por assim dizer para uma razão prática, procurando ai uma força para o agir, tendo em vista um comportamento mais eficaz no que se refere ao agir ético.

Neste intento se percebe, portanto, um caminho que vai sempre de um conhecimento analítico para um conhecimento sintético e de um modo de agir vulgar comum, para uma metafísica dos costumes, para um conhecimento de uma razão pura e prática, pondo assim um

maior valor sobre a parte da filosofia que se funda pelo racionalismo, contritamento ao valor dado e defendido pelos pensadores empiristas.

Portanto, além destas questões levantadas por Kant no prefácio da metafísica dos costumes, nesse caminho ético, será visto e aprofundado temas como; o senso moral e o dever, a felicidade e capacidade de desejar, os imperativos em estrito senso como os categóricos e os hipotéticos, e concluído esse capítulo com o conceito de vontade, preparando espaço para se pensar o sentimento de respeito na ética Kantiana.

1.2 A Moralidade em Kant

Antes de ir propriamente dito a organização da moralidade Kantiana, se faz necessário se situar no contexto histórico dos seus escritos referentes a questões éticas ocorreu entre os anos de 1760 e 1797, onde a suas reflexões éticas e morais se deram através de escritos tais como, a Crítica da Razão Pura de 1781, da Crítica da Razão Prática de 1788, da Metafísica dos Costumes de 1797 e por fim a obra em que essa monografia se debruça que é A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de 1985, para entender a moralidade fiquemos apenas nesta última obra.

A moralidade Kantiana se constituirá a partir das seguintes linhas gerais, para Kant a sua arquitetônica se apresenta com seguintes elementos, como a ciência dos objetos e das leis da liberdade, como a filosofia pura e a priori, procura ser também uma reflexão dos deveres, ou seja da obrigatoriedade, em outra palavra um mandato. Dentro desse sistema ético há espaço para a questão da doutrina e da virtude.

Seguindo a tarefa da fundamentação da metafísica dos costumes se dará a partir de duas linhas mestras a primeira que uma pura investigação e de seu estabelecimento a partir do imperativo categórico e segunda mais analítica ou seja analisando os conceitos éticos fundamentais bem como as suas funções. O que levanta as seguintes questões. ‘o que significa bom? Como tem que ser compreendida a razão prática? E qual a função da lei moral acima de tudo? E qual o princípio supremo da moralidade? E como posso aceitar esses princípios éticos como aceitáveis? O que me dá validade disso a partir do pensar Kantiano? Bom e importante não perder essas questões e deixar que a arquitetônica kantiana se configure e lance os seus pressupostos.

Kant defende que sua moralidade não se trata apenas como aquilo que se compreenda plenamente como conteúdo moral e da ética, ou seja por parte do imperativo categórico. Para

isso Schoneker e Wood, que escrevem um comentário cerca da metafísica dos costumes do ano de 2014 vão dizer que “não está excluído, com isso que toda moral não seja talvez, uma fantasia urdida pela mente, talvez somente uma ideia quimérica sem verdade.

É significativo apresentar na moralidade de Kant, como a obrigatoriedade, ou seja, o mandato tem para com as leis, e sempre se apresentam como que direcionadas a um carácter de universalidade das leis morais. Além da importância da razão nessa moralidade. Junto a isso se soma o carácter da subjetividade da vontade ou da boa vontade. Ai aparece também o elemento de como pode ser analisado esses conceitos acima mencionados, para isso se faz necessário ter presente o dever, pelo qual é introduzido o sentimento de respeito, que se alinha a lei, do qual apresenta uma expressiva valoração pela razão e por conseguinte um carácter a lei moral.

Portanto, tanto o dever pela lei moral e o sentimento de respeito por essa lei é que conferirão a possibilidade de se estabelecer o princípio supremo da moralidade, com isso que quer dizer que esse sentimento visto em conjunto com a ação da vontade do individuo como um ser racional, vem a poder afirmar, que a representação da lei vem a ser o bem incondicionado que a moralidade Kantiana apresenta. Para isso o método que se utilizará neste caminho monográfico será o de argumentos na linha dedutiva, para que os argumentos propostos sempre estejam concatenados entre si, conferindo assim uma maior validade das premissas a serem apresentadas.

1.3 Senso Moral

Para definir o senso moral, vamos ao livro a fundamentação da metafísica dos costumes em que ele descreve na página 38 como sendo uma ação interna que está ligado com a natureza humana. Para Kant ele define como um exercício que vem a permitir que o individuo possa distinguir de maneira intuitiva, aquilo que vem a ser ‘o bem moral’ e ‘o mal moral’, sempre tendo em vista ações que se findem pela objetividade.

Com isso aparece nesta reflexão sobre a moralidade ética de Kant o dado que o senso moral, pode ser compreendido como um sentimento, logo, subjetivo, ou seja, que não busca nenhum conhecimento, por conseguinte, não exercesse nenhuma ação mental racional, considerando que a moralidade para Kant tem que ser por dever e se comportar objetivamente, nota-se ai um afastamento dos juízos dados como ‘a priori’ se tendo como consequência juízos dados ‘a posteriori’, o que não tem muito valor para o filosofo.

Ainda refletindo sobre o senso moral, para Kant, isto é, compreendido como sentimento patológico, pois situa-se no nível das paixões e inclinações humanas, e que são tidas por ele como não objetivas e muito menos tem como princípio o cumprimento da lei e do dever. Portanto é possível se deduzir daí que a lei moral não se guia a partir deste senso, e muito menos tem a sua origem nessas necessidades. Por conseguinte, para Kant, o caminho sempre parte da subjetividade para objetividade, da sensibilidade para as ideias, de um senso comum para uma razão prática pura, apresentando assim o seu princípio teleológico moral. Com isso se traz o elemento a partir da metafísica dos costumes que defende a ideia de que a sua origem está na própria razão.

a razão humana vulgar, é impelida por motivos propriamente práticos, e não por qualquer necessidade de especulação (que nunca a tenta, enquanto se satisfaz com ser simples razão), e que se vê levada a sair do seu círculo e dar um passo em direção ao campo da filosofia prática¹.

Ele conclui a sua ideia com a seguinte premissa, justificando o seu argumento na Fundamentação da Metafísica dos Costumes.

Ai ela encontra as informações e instruções claras sobre a fonte do seu próprio princípio, sobre a sua verdadeira determinação em oposição as máximas que se apoiam sobre a inclinação².

¹ FMC 23/24 p. 38.

² FMC 23/24 p. 39.

Diante desse caminho se pode concluir que Kant opta por excluir o senso moral e menospreza qualquer sentimento que tenha início no empirismo, a presente juízos que se aproximem da característica a posteriori. No entanto a arquitetura Kantiana se pautará a partir de outras fontes os elementos que sejam por assim dizer, fonte e princípio e motivação para a sua ação moral.

1.4 O conceito do Dever

Para se refletir acerca do conceito de dever em Kant se faz necessário pensar o conceito de boa vontade, pois para ele estes dois elementos não podem ser lidos separadamente e muito menos serem analisados de forma separado, que como os comentadores Dieter e Allen em seus estudos da ética de Kant e propriamente na parte em que se debruçam a pensar o conceito de dever na página 56 é dito que “o conceito de dever contém o de boa vontade”.

No início da primeira seção em que Kant traz a reflexão da transição do conhecimento moral da razão vulgar para um conhecimento filosófico aparece já uma das primeiras definições sobre o que ele define como sendo uma boa vontade; como atributos dessa boa vontade aparecem os seguintes elementos, o Discernimento, a argúcia do espírito e a capacidade de jogar. E como qualidades dessa boa vontade aparecem a moderação nas emoções, e paixões o autodomínio e calma reflexão do valor íntimo dos indivíduos aparecem como atributos da boa vontade.

Para Kant, a boa vontade é definida ainda como algo bom e sem limitação, isto é, a vontade pode ser tida como boa ao passo que ela motiva e inspira, não importando o resultado da ação. Admite então que esse movimento jamais pode alcançar tal resultado pelos próprios propósitos ou pelas próprias forças, concluindo a ideia de boa vontade, pode-se dizer que a sua utilidade ou inutilidade advém de valores absolutos, que sejam dados de forma “a priori” e portanto tendo como origem o princípio da razão e não obstante a isso, tendo um comportamento objetivo.

Após considerar alguns dos elementos que compõem a ideia de boa vontade, que aponta para o conceito de Dever, propriamente dito, quando Kant pensa esse conceito, e começa o seu raciocínio a partir da definição de uma lei moral que mais afrente será bem definida, por enquanto se faz necessário se ater ao conceito de dever e sua relação com a lei moral, que para ele tem um carácter de imperativo, portanto de uma obrigatoriedade, pois nesse sentido o indivíduo como ser racional, e também tendo em si o elemento da sensibilidade, nem sempre vem a agir de acordo com um ordenamento objetivo de seu agir ético. Para isso se faz necessário depurar as inclinações e mobiles dos apetites internos e subjetivos, considerando apenas que essa boa vontade e o dever, sejam guiados pelo princípio máximo da moralidade, ou seja, a racionalidade.

A razão que acontece aqui para Kant, é que ele admite a existência de um ser racional perfeito, guiado pela razão. Ele também admite a existência de um ser racional e imperfeito, no que concerne a ideia de boa vontade, e o do dever aqui investigado. Neste sentido a boa vontade pautara principalmente o carácter de escolha dos indivíduos enquanto que o dever dará a essa boa vontade, o mandamento do agir, o pressupõem que a vontade boa, tenha sido guiada pela razão, para definir o quem venha a ser moralmente bom, e concluindo assim pelo dever o cumprimento desse agir.

Continuando a argumentação, aparece uma reflexão que se coloca a questão. Como os comentadores Schönecker e Wood colocam na página 57 de seu livro.

“se a razão determina a vontade infalivelmente, então as ações de tal ser, que são reconhecidas como objetivamente necessárias, também são necessárias subjetivamente, isto é, a vontade é uma faculdade de escolher só aquilo que a razão independente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, isto é bom.”

Pode se concluir a cerca do tema da vontade boa e também ao pensar o conceito do dever em Kant, que há para ele uma necessidade última de uma objetiva ação por obrigação, que ele dá o nome de Dever, sendo assim para um ser dotado de razão, significa que agir moralmente, decorre de que a lei moral tem em si, uma questão imperativa, ou seja, de mandamento sem a qual não pode existir uma ação moralmente boa. Neste sentido o conceito de Dever é a resposta a mesma pergunta, mas na perspectiva do querer que tem valor moral e o querer de um ser imperfeito. Concluindo a partir desse pensamento a boa vontade em Kant, é que conferirá o valor a moralidade, dado de forma “a priori” pela razão.

1.5 A Felicidade

Quanto ao que se refere ao conceito de felicidade para Kant, que se liga a faculdade do desejo na primeira seção de seu livro A Fundamentação da Metafísica dos Costumes, ele porá como primeiro pressuposto o seguinte.

Que são disposições naturais de um ser organizado, isto é, de um indivíduo constituído em ordem a um fim que é a vida, ele diz em sua filosofia que aceita como principio que não encontra nele nenhum órgão que não seja mais convincente e adequado a uma finalidade a que se destina.

Para isso ele continua a se referir ao conceito de felicidade , como sendo dotado de razão e vontade, portanto a verdadeira finalidade da natureza vem a ser a sua conservação e o seu bem estar, para isso seria errôneo dizer que a felicidade tomaria os mobiles e apetites internos para conferir-lhe, o significado de bom e de mau, como mola propulsora de suas intenções. Por isso, Kant, põem a felicidade sob a ação da lei moral, da obrigatoriedade e direcionada para um uso prático.

A felicidade, portanto, se torna como que um dos meios para alcançar os fins, aja vista que a arquitetônica kantiana se apresenta como teleológica, ou seja, em que determinados meios

se orientam para determinados fins. Sabendo que tudo isso deve passar pelo crivo da prudência, não confiando a felicidade pelo mero instinto, guiado pelos por mobiles da sensibilidade.

Com relação ao tema da felicidade refletido por Emmanuel, fica nítido a observação que o mesmo faz a respeito do gozo e do prazer, aja vista, que essas palavras vem a se afastar daquilo que é moralmente objetivo, e que seja orientando pela razão, o que se sabe que estes termos não é refletido com bons olhos por Kant, como encontrar um gozo e um prazer verdadeiro, a partir de uma objetividade, e ainda um problema que decore disso é uma certa misologia, ou seja, um ódio ao que seja verdadeiro, definido como bom, pois nisso não se encontraria uma alegria propriamente dita.

Portanto para Kant, o sentimento de felicidade também toma distância daquilo que para ele é tido e definido como moral, para ele a felicidade é reduzida a satisfação das inclinações dadas pela natureza, diante da racionalidade finita do homem. Pode se deduzir disso que a felicidade é importante para o homem, mas que em termos morais torna-se algo que se pode definir como um dever indireto, relacionado a bens, e da parte da natureza própria do homem.

Portanto, se pode concluir que segundo Kant, aquilo que cada um em sua individualidade e na sua subjetiva, considera como sendo algo relacionado ao prazer e ao desprazer, configura-se como algo oriundo da sensibilidade, e portanto, distante da objetividade e da racionalidade. Com isso se deduz que a felicidade se torna insuficiente como algo a que se busque dar um carácter de universalidade e definido como máxima o que se verá mais adiante.

1.6 Os Imperativos Categóricos e os Imperativos Hipotéticos

Outro elemento chave que aparece no esquema moral de Emmanuel Kant, são os imperativos, daí ele passa para uma classificação e depois para uma determinação aproximada de todos esses imperativos, há que ser considerado em tudo isso que uma definição do que seja um imperativo, seja a ideia de uma obrigatoriedade, ou seja de um mandamento pelo máximo respeito a lei moral dado pela racionalidade em sua objetividade. Estes imperativos se dividem primeiro em duas partes mais principais que são os imperativos categóricos e os imperativos hipotéticos.

Além dos dois acima mencionados, estes imperativos se subdividem ainda em outros tantos que apenas aqui serão mencionados sem os explicar mais profundamente, que são os imperativos da habilidade, ou os imperativos do conselho e da prudência, ou os imperativos problemáticos, os imperativos técnicos, os imperativos assertivos, os imperativos pragmáticos.

E dentro do imperativo categórico se subdividem-se em imperativos apodícticos e os imperativos morais.

Se faz necessário aqui deixar de lado os elementos mais minuciosos por parte da compreensão dos imperativos e seguir para a destinação dos imperativos em linha categórica e os imperativos hipotéticos.

Os Imperativos Categóricos da Moralidade: O fato de serem imperativos não significa outra coisa senão que a sua validade pela obrigatoriedade seja independente dos interesses subjetivos e que sejam influenciados pelas inclinações e meros mobiles internos. Para Kant este tipo de imperativo é caracterizado por uma proposição sintético-prática a priori. Para ele é definido categórico, pois, ele ordena para uma ação como absolutamente necessária, sem que se possa vir a mente a possibilidade do subjetivo nesta ação. Portanto é o imperativo categórico que conecta a vontade do ser imperfeito com a lei moral.

Os Imperativos Hipotéticos da Moralidade: É de fácil compreensão o que esses tipos de imperativos representam, ou seja, uma ação de necessidade prática, com uma ação com o meio de conseguir, esses tipos de imperativos para Kant, também são leis do dever objetivas e também tem a necessidade da razão, as proposições apenas aqui diferem na linha do agir diante das destinatárias e dos destinatários, além é claro dos meios e dos fins aos quais uma ação resultante seja necessária. Nesse segundo caso os imperativos se distinguem dos primeiros pois eles se apresentam de forma condicional, ao passo que o categórico tem um fim direto.

Outros Imperativos na Moralidade Kantiana: Os da habilidade e da prudência, que são reconhecidos como imperativos assertóricos-pragmáticos da prudência se diferencia de um imperativo problemático técnico, pelo fato de que, no caso deste, o fim é meramente possível, porém naquele está já dado. Por outro lado, os esses tipos de imperativos são tidos como assertóricos na medida do estabelecimento do fim pressuposto a todos os homens, e definir esses tipos de imperativos em estrito senso se faz um trabalho minucioso a que essa investigação não se preocupa.

1.7 Comentário a Cerca da Máxima Kantiana

No pensamento da moralidade Kantiana a sempre um objetivo de se pautar unicamente pelo princípio máximo da moralidade, em linha objetivas e racionais, sem acorrer aos mero mobiles e apetites interiores, com isso se faz necessário buscar algo que confira a essa estrutura do pensar moral, o carácter da universalidade.

Kant vai definir o imperativo categórico, como sendo um princípio sintético-prático a priori, comentadores de Kant Dieter e Allen, com isso ele quer falar de leis, que apenas venham a ser especificadas como leis da natureza e da liberdade, temas estes que são muito caros do pensar kantiano.

Ademais na linha moral de Emmanuel, e que suguem as leis morais e daí o carácter de ser definido como imperativo categórico, por conseguinte, o reconhecimento como mandamento, em seguida, o princípio de universalidade, ou seja, também tendo como composto uma natureza formal, disso resulta a sentença do princípio máximo da moralidade transcrita abaixo.

age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal. Kant, página 223.

Da se decorre que três elementos de suma importância, que são: o primeiro a necessidade de uma categoricidade, ou seja, um objetivismo ético, que se apresenta de forma incondicionada. Por segundo, a ideia de generalidade como universal, que quer dizer o seguinte que sejam aplicadas as todos os seres racionais, não apenas para os homens e se configurem no mesmo sentido com tendo o dever como orientação. Por fim, a aprioridade e liberdade, que quanto ao conceito de liberdade isso seja lido como e interpretado em chave de abertura ao esclarecimento da autonomia da vontade. Ou seja, que procure não se determinar de forma externa ou interna. Já no que se refere a questão da aprioridade, tem-se que colocar como consideração aquilo que é constituído por nos através do exercício da razão. Comentadores Kant 33.

1.8 Da Moral Vulgar para Crítica da Razão Pura Prática

O objetivo da obra ‘A Fundamentação da Metafísica dos Costumes’ e fazer um caminho pelo conhecimento da moral e das leis, que adjuntas a ela. Iniciando um caminho por uma moral da razão vulgar, segundo por uma compreensão de como se compreende o que vem a ser uma metafísica dos costumes e concluindo pela compreensão do que vem a ser essa passagem final para a crítica para a razão pura prática.

Kant ainda no prefácio defende a tese de que em verdade não há nada, absolutamente nada que se possa servir de base em linhas morais, que uma crítica duma razão pura e prática, sendo assim, no primeiro passo desse caminho ele apresenta que no caso mais vulgar do entendimento moral, pode ser levado a um grau de justeza e desenvolvimento, enquanto que

pelo contrário ele aponta para um uso mais teórico, em um caminho dialético e deontológico de constituição do conhecimento, em que esse processo possa ser demonstrado em uma unidade entre razão e ao mesmo tempo ser válido em um princípio comum.

Em um segundo passo aparece a consideração de uma metafísica dos costumes, em que o filósofo apresenta com que soando como um título não muito aprazível, podendo suscitar muito acomodamento. Sendo assim esta segunda parte caminho rumo ao princípio supremo da moralidade, é iniciado aqui o processo de distinção de conceitos e ordenamento das ideias bem como os mandatos e, por conseguinte, aproximação a racionalidade e questões mais objetivas.

O último passo que é feito neste caminho da metafísica dos costumes em direção a crítica da razão prática, que se configura como sendo uma unidade entre a razão que se apresenta de forma especulativa num princípio comum, segue-se de um caminho que apresenta de forma distinta, que precisa acorrer a pontos de natureza diversa que nesse ponto provocaria ainda uma certa confusão no entendimento, por isso se justifica que o eixo central da obra se finde pelo nome de “A Fundamentação da Metafísica dos Costumes” o que sugere a ideia de que sejam realmente uma fundamentação, ou seja, as bases de uma ideia maior, portanto uma “Crítica da Razão Pura Prática”. Como o mais elevado patamar de conhecimento em linha moral para Emmanuel Kant, conhecimento este que se finde pela ideia pela razão deixando de lado os princípios empíricos, para encontrar o princípio supremo da moralidade.

Os comentaristas de Kant, Dieter e Allen, definirão o caminho a ser seguido na página 19, como que definido por um método, que seja o mais convincente, ou seja, o percurso feito de forma analítica, a determinação para esse tipo de conhecimento, seja um ordenamento supremo, e depois a análise que Emmanuel fará, se faz em caminho inverso, pegando todas as suas fontes, portanto ele difere o que se deve ser visto e analisado de forma analítica e o que se deve ser estudo de forma sintética. Para isso o objetivo deste filósofo em todo o seu caminho e conferir a Arquitetônica da Moralidade, a definição de uma filosofia prática.

2. Introdução ao Sentimento Moral de “Respeito”

Após a primeira parte dessa investigação monográfica situar os principais temas no que concerne a ética kantiana, bem como o entendimento próprio da moralidade em Kant, e considerando os principais pressupostos e conceitos que ajudam a pensar, as leis e as normas pensadas pelo filósofo da modernidade, se faz necessário aprofundar a partir de agora apenas um dos aspectos da moralidade dele, que o Sentimento Moral de Respeito, que se liga a um

outro conceito refletido por este pensador, que vem a ser o conceito de dever além é claro do conceito de boa vontade, todos estes já definidos anteriormente nessa reflexão.

Nesta segunda parte, considerando aquilo que menciona Herrero, em seu artigo sobre a ética Kantiana, em que a boa vontade, quando pensada em sua aplicabilidade ao cotidiano, ou seja, a uma forma de conhecimento vulgar, se coloca a questão de sua possibilidade? Para isso é necessário sempre ter presente o Dever e o Sentimento de Respeito, que se eleva e passa para além do conhecimento comum dos homens, já citado anteriormente no modo como Kant, faz a passagem depois dessa primeira etapa, passando para uma metafísica dos costumes e concluído em uma forma de conhecimento pautado pela racionalidade e de cunho puro e prático.

Portanto, nesse caminho filosófico na moralidade de Emmanuel Kant, se sai de um conhecimento vulgar, configurado pela sensibilidade e pelos mobiles e apetites interiores, para uma metafísica dos costumes, que como princípio tem o dever de proceder, em outras palavras agir por obrigatoriedade, em relação uma máxima que venha a se tornar, autônoma e a priori, de forma que ela venha a se tornar universal. Nisso surge que as ações sejam pressupostas a partir dessa máxima e por dever, considerando também que o agir seja orientado por puro respeito a lei prática. Ou seja, de uma boa vontade em si.

Outra coisa que aparece no caminho da arquitetônica Kantiana é a ideia de que o conceito do dever tenha que ser empregado como um valor moral e para isso a dependência de uma determinada subjetividade que será mais aprofundada a frente, e ao mesmo tempo há a necessidade de que essa lei seja um juízo a priori, ou seja, já seja dando a partir de alguma forma, e que ele seja, extremamente pensado como necessário. E ao chegar no Sentimento de Respeito, reforça a ideia dessa necessidade e que ele possa ser determinante para um agir por respeito a lei, e que este seja em tendido como motivação, que move à vontade nesse sentido.

Para concluir essa breve introdução nesse segundo capítulo é necessário considerar que que a necessidade de uma lei a priori, cria sentido em suas condições, ou seja diante da motivação subjetiva como caminho para se chegar ao fim, objetivo do cumprimento dessa lei moral, por puro respeito e dever a essa lei. A primeira premissa que decorre desse tipo de pensamento é, que a necessidade por essa ação tem que ter um princípio a priori, por segundo aparece a ideia de que esta lei tem que ser determinante dessa ação. Considerando os as duas premissas anteriores se sabe que tanto a boa vontade, além do dever, e tendo em conjunto os juízos como princípio a priori, se liga ao sentimento de respeito, para lhe conferir a motivação que inicia o processo, a partir de um conhecimento vulgar, é aprimorado diante de uma

metafísica dos costumes, e se conclui fim teleológico na esfera de um conhecimento puro e prático, salvaguardando assim um certo ele entre sabedoria comum e um conhecimento que se faz mais objetivo.

2.2. O Sentimento de Respeito na Fundamentação da Metafísica dos Costumes

Neste momento primeiro consideremos o que Kant define como sentimento moral e depois de caracterizado, será feita a transição para o sentimento moral de respeito bem como as suas definições encontradas no livro *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

O filósofo traz à tona em sua arquitetura um elemento importante que é o sentimento moral para contribuir em sua reflexão a cerca da moralidade. Basta por enquanto sejam lançados os olhos as investigações sobre a moralidade feitas conforme o gosto preferido para a partir daí encontrar o destino particular da razão humana.

Ora como Emmanuel, defende que a perfeição, ora a felicidade, aqui o sentimento moral, e diante disso se colocar os princípios da moralidade, depois ele vai falar dos juízos a priori, como constituintes deste sentimento moral, e que eles sejam puros de todos os elementos empíricos. Será plenamente constituído dos princípios da razão.

O objetivo último deste sentimento moral na moralidade kantiana é motivar uma conservação, que se contraria a si mesma e, portanto, é dito por ele que não existiria como natureza. Pode-se concluir com estes elementos acima mencionados que este sentimento corrobora para que a máxima proposta do imperativo categórico, seja dada como lei universal e por e, por conseguinte contraria ao dever. Uma vez mais se apresenta a tensão entre o dado pela natureza, na linha da sensibilidade, portanto de linha empírica e do outro lado aquilo que se faz por meio da experiência, inspirado pelo racionalismo em que Kant defende, como sendo o princípio máximo da moralidade. Ou seja, o sentimento moral dado como puro respeito e dever e lei moral, orientado pelo carácter da universalidade.

Kant quando vai definir a terceira proposição a cerca do imperativo categórico, vai propor a seguinte definição com relação ao respeito pela lei moral, como necessidade, por isso em seu pensamento ele irá colocar como efeito de uma ação que tem em vista, portanto o objeto de respeito só pode acontecer diante de um mandamento, ou seja aquilo que esteja ligado a minha vontade(boa), como princípio e jamais esse respeito deve ser olhado ou definido como meio, na mesma medida o respeito deve ser o princípio em sua visão arquitetônica, e jamais olhada como efeito.

Continuando, as ações que tem como motivação moral, o sentimento de respeito deve eliminar totalmente toda influencia da inclinação, ou seja, dos móveis e apetites internos oriundos da sensibilidade, deixando-se guiar pela boa vontade que contribui para que se possa determinar objetivamente, o princípio supremo da moralidade por puro respeito a esta lei moral e por conseguinte uma máxima, dada pela razão em sentido último, o que admite o prejuízo das inclinações morais.

Considerando todos os elementos da moral Kantiana, que ficam ao lado do racionalismo em seu excuro histórico, elementos estes como o dever, a liberdade, a boa vontade, vão ajudar a orientar que o valor moral, que visa dar validade ao pensamento objetivo do refletir filosófico, vai ser definido por Kant, que este não está fixado no efeito mas sim em seu princípio.

O que se pode deduzir dessa investigação é que pelo sentimento de respeito pela lei moral, conferirão a representação da lei em si mesma, para Emmanuel é somente em si mesmo que a verdade do princípio se realiza, como ser racional. Portanto, o bem excelente só se realiza, como bem moral, e que se realiza bem moral, e que se realiza na pessoa e pela pessoa. Neste sentido o bem moral tem como maior preocupação o princípio pois para Kant o resultado dos efeitos será objetivamente estabelecido por esse princípio. então o peso maior para Kant está mais no princípio do que nos efeitos dessas ações. Kant pag 31

Kant continua a argumentar em relação a razão e o respeito pela lei moral na seguinte linha, dizendo que o respeito por uma tal legislação, da qual em verdade presentemente não se vê, mas que para o filosofo se pode chegar a uma compreensão, sendo definida a partir de um valor que de longe ultrapassa aquilo que a inclinação vem a exaltar, disso resulta que as ações por puro respeito a lei prática vem a se constituir como dever, perante a qual toda e qualquer inclinação, móbil da sensibilidade tem que se submeter, pois ao que parece a boa vontade põem como valor superior a razão em tudo. Kant 41.

É creditado por Kant em sua moralidade dita na Metafísica dos Costumes, que o sentimento de respeito tem uma dignidade, que serve de trampolim para a elevação do conhecimento moral, que contribui para que os indivíduos dotados de juízos da razão, iniciem o processo de sair de um conhecimento moral comum, para dai passar para um conhecimento moral filosófico. Que por meio desse respeito a lei moral e ligada a ideia de boa vontade, e considerando a felicidade que para Kant, supõem o dever pelo princípio máximo da razão o imperativo categórico, aponta para um caminho que não se deixa por determinar por nenhum móbil empírico.

Portanto, o respeito deve ser um elemento sumamente valorizado na ética Kantiana, pois é ele que apontará para o cumprimento de uma razão prática, saindo de suas regras subjetivas e empíricas, seguindo o caminho de leis tidas pela razão como universais, contendo aí o conceito de dever, que dentro de si também se deve considerar o sentimento de respeito e por conseguinte o conceito de boa vontade. Kant 47

Nessa investigação em relação ao sentimento moral de respeito, ao qual ele propõem em sua obra a fundamentação da metafísica dos costumes, ele fará uma distinção entre a quais seres essa moralidade se destina, e por conseguinte o sentimento moral, primeiro ele dirá que as leis morais se destinam ao seres racionais, ao passo que os seres não racionais, são tidos por ele como objetos, ou seres não racionais, ao que parece ao teleologia moral, pertence aos seres racionais, ou seja, as pessoas, são elas que podem se deixar guiar pela razão e pela objetividade, cumprindo o fim moral, do dever, pelo cumprimento da boa vontade e imperativo categórico, ou seja, o princípio máximo da ação moral, que se constitui sempre como sendo universal, então o fim último dos seres humanos, será o cumprimento dessa lei, por puro respeito a tal moralidade, e por fim a lei pura e prática. Kant 68

O sentimento de respeito pensado em consonância com a lei moral se aproxima de um outro elemento que lhe confere uma maior validade, que como mencionado ao parágrafo anterior de forma bem básica, vem a ser o elemento da autonomia, na linha da autoprodução. Que na linha moral da própria legislação vai fazer, que ao determinar lei pelo princípio máximo da razão vai lhe outorgar a pureza dos critérios e valores defendidos por Kant em sua moralidade, lhe conferindo uma dignidade, sendo assim lhe confere uma maior dignidade humana, para o filósofo somente uma palavra pode exprimir e abarcar toda essa argumentação anteriormente referida e ela é o respeito, pois sendo o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional. E esse conceito é o de autonomia.

Pode se discorrer sobre o sentimento de respeito a partir do que se fala na terceira proposição oferecida por Kant, em ser o dever como uma necessidade de ação por respeito a lei, na linha de uma consequência das duas anteriores. Portanto, se deve ler o sentimento de respeito em conjunto com o conceito de necessidade por respeito a essa lei. Que se alinha nessa esteira de pensamento a concepção de lei pura prática, sempre possui como horizonte a linha da objetividade bem como o da racionalidade. Aprece aí talvez um elo de ligação entre a ideia de racionalismo e empirismo, pois a que parece, para Kant a lei tem que se determinar de forma

a priori e objetivamente por essa lei moral e no mesmo caminho essa lei também pode admitir uma determinação subjetiva, que se dá pelo respeito a essa lei.

Concluindo, o princípio de uma ação moralmente valiosa tem que ser objetivamente o imperativo categórico, dado pelo princípio máximo da moralidade, sua condição tem que ser a pura objetividade, para que suas premissas lógicas sejam analisadas e tidas como que pela razão aferidas em uma linha de legitimidade. Já na condição subjetiva aparece o sentimento moral de respeito como uma razão determinante de uma boa vontade, o que vem a determinar uma ação conforme o dever, jamais e sim uma ação que se dá por dever. Comentadores Página 60.

Para já ir concluindo o argumento chave que Kant, está estabelecendo de forma não muito elaborada, vem a receber a maior consideração moral diante de uma ação em que acontece meramente por dever, ou seja, por puro respeito a lei moral, totalmente independente de suas inclinações e interesses subjetivos. Com isso, ele não quer dizer que essas ações venham a ter um valor moral, o que o filósofo quer ajudar a refletir é que o agir contra essas inclinações, essas ações sejam lidas como ações que possuam de algum modo um valor moral. Comentadores Página 62.

Diante dessa proposta moral que foi feito até aqui, Kant, visa provar ao que parece a pureza moral e racional, como aquela que mantém a ação e o agir moral diante de suas leis, seu acento principal vai ser posto sobre as ideias inatas, e dos juízos a priori, ou seja, para Kant é importante que estes elementos estejam bem claros para que os indivíduos, consigam dar pleno cumprimento aos imperativos categóricos. Admitindo-se que nada se deva esperar dos elementos empíricos, e das inclinações destes indivíduos. Pois todo o poder supremo da lei e do respeito que lhe é devido advém do respeito que lhe conferido, condenando assim a sensibilidade do homem e suas inclinações, bem como seus apetites que como julga Kant se afastam do seu princípio máximo da moralidade e da razão.

2.3. A Motivação Moral e o sentimento de Respeito

Para iniciar essa seção não há como entender o sentimento de respeito sem considerar uma de suas bases, ou seja, a motivação moral, no caminho da racionalidade que pressupõe o imperativo categórico e sem o qual não se pode fugir, se sabe, ao que parece. Que o sentimento moral de respeito, só cria movimento e ação a partir de uma motivação moral, tem como pressuposto a vontade humana, da qual ela seja capaz de agir sem se determinar por qualquer condição sensível. O que bagunça o esquema de Kant é que ação moral se pauta a partir de uma aprioridade pelos dados da razão, só que o ser humano também é constituído de vontade, sem

cair na esfera de um dualismo de razão e sensibilidade, racionalismo e empirismo, para isso a seguir será feita uma tentativa na linha de compreender como o filósofo faz esse processo. Distinguindo assim uma questão como é que pode homem agir segundo uma motivação moral, que contém em si sensibilidade, dotada de inclinações e apetites e aqui entender como ele passa a agir moralmente em uma ação dada pelo imperativo categórico, dado pela razão pura e prática.

Para se compreender qual o objetivo Kant está querendo apresentar em sua moralidade, há que se considerar que ele quer chegar uma moral pura prática pautada pela razão, depurada de toda subjetividade e de toda sensibilidade, com isso é tido que ele quer chegar a uma moral perfeita, no seu caminho ele vai deixar de lado todas as interferências externas de motivação.

Continuando a motivação moral para Kant se faz necessária já que o homem para ele contém razão e sensibilidade, por isso ele adota na Metafísica dos Costumes o caminho que inicia no conhecimento moral comum, eleva-se para metafísica dos costumes, diante de uma motivação moral, que pela repetição origina os frutos de virtude e felicidade, concluindo o caminho em uma crítica da razão prática, imaculada de toda a subjetividade, contudo não se pode deixar de lado a importância da influência da motivação moral que cria o movimento, para o agir moral em Kant. Herros 3

Em seguida na moral Kantiana aparece a possibilidade de uma condicionante moral, ou seja, que o conceito de dever contém também no conceito de boa vontade, origine nisto a existência de uma motivação moral. Para o filósofo o importante não é que a ação concorde com o dever, se faz necessário que essa ação seja praticada por dever, com isso se sabe ao que parece para Emmanuel, que essa conformidade seja iniciada em uma motivação, que tenha como horizonte a metafísica dos costumes.

Já na primeira etapa do livro a fundamentação da metafísica dos costumes que supõe o conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico, aparece que diante da razão vulgar, que impelida por alguns motivos propriamente práticos e não por qualquer especulação aparente, se vê como horizonte a sair de um círculo aparentemente vicioso e nisto dar um passo dentro do campo da filosofia prática. Kant – pag 38

Com isso diante desta motivação moral, o objetivo esperado por ele é seja possível sair das dificuldades que se lhe venham a causar algumas pretensões opostas, e com isso, incorrer na perda dos princípios que dão base aos princípios morais, conferindo assim as bases estruturais que pertencem ao conhecimento Kantiano. Que é conhecimento dialético e deontológico, que confere o sentido de busca e aprimoramento em linhas filosóficas, de uso

teórico que encontram assim a sua morada na crítica de uma razão pura prática, iniciada por assim dizer através de um a motivação moral. Kant 38

Quanto a motivação moral os comentaristas de Kant irão definir em três linhas gerais, partindo de um entendimento distinto de quando a ação é feita por dever e conforme o dever. Conforme o dever denota a ideia estar em uma conaturalidade aos princípios da moral, ao passo que a ação por dever sugere a ideia de uma ação egoísta. Portanto se pode deduzir que Emmanuel Kant, valoriza muito a ideia de uma conformidade com a moral e com a lei, do que por dever lido a partir de uma ótica egoísta.

Primeiro Argumento: a diferença de uma ação por dever e uma ação por intenção egoísta. Por dever supõem uma guia da ação racional destituída de qualquer ação da sensibilidade ou qualquer inclinação. Ao passo que a ação por intenção egoísta supõem uma mistura não tão distinta que envolve a sensibilidade e as intenções que para Kant não são tidas como credíveis a moralidade, mas que possuem uma importância para a ação humana.

Outra coisa que aqui aparece é a questão de que o dever está próximo do princípio máximo da razão, pois que encontrar uma ideia de universalidade que se aplique a todos os sujeitos, ao passo que a intenção egoísta visa o bem de um indivíduo ou seja de uma particularidade, não valorizada por Kant, uma vez mais aqui temos o embate entre o racionalismo e empirismo. Depois nessa esteira deve-se buscar afastar ao máximo o proveito próprio. E um agir que não se deixe orientar pela própria vaidade.

Segundo Argumento: Será ler a partir de uma distinção entre uma ação por dever e uma ação por inclinação direta em casos em que tanto a inclinação quanto o dever servem como essa mola propulsora para a mesma ação, ou seja por ver, que contém a boa vontade e supõem na mesma medida um agir por puro respeito a lei prática.

Nesse sentido será uma tentativa de que pelas leis morais se busque pela premissas do agir moral, um afastar-se de toda ação empírica, repelindo ao máximo as ações movidas por apetites, impulsividades e paixões, que não oferecem para ele validade em relação aos princípios máximos da moralidade, dados de forma a priori pela razão. Comentaristas pag, 66.

Terceiro Argumento: será onde é mais difícil de se notar como a motivação moral, pelo agir ético pode ser compreendido. Que vem a ser onde é necessário ter uma ação conforme o dever, ou por dever. E uma ação conforme o dever por inclinação. E diretamente sendo considerado a diferença entre a alta estima moral para esse tipo de ações conforme o dever e do

dever como aprovação e reconhecimento de ações conforme o dever e dever por inclinação direta.

A resposta explicativa que se pode ter quando se considera os elementos acima é que o jogo reflexivo se encontra, justamente no querer do bem moral, sem que este esteja relacionado, portanto a qualquer elemento da razão. Com essa leitura da motivação moral a um afastamento da lei moral objetiva, sendo assim se lhe aparece uma vez mais os mobiles da subjetividade e das inclinações e apetites, que não contribuem por assim dizer em uma linha do agir por puro respeito a lei moral, que deveria acontecer por dever a esta moralidade, sendo guiada pela razão e pela boa vontade de forma mais perfeita, e mais válida.

Ligando agora todos esse elementos da motivação moral ao sentimento de respeito tem se os seguintes pressupostos: Sabendo-se que as motivações carregam consigo ações que visam o prazer e comprazimento na linha do agir o que torna difícil distinguir em termos objetivos essas ações e ate que medida elas interferem no agir moral por puro respeito a lei. Por analogia o que se pode falar a cerca disso é que com a inclinação a há algo, como então distinguir isso.

O respeito nesse sentido vem a ser definido como o motivo orientador da ação e não lido através de uma chave de entendimento dos sentimentos gerais, se aproximando aos elementos da simpatia e do amor, que se assemelham tanto. Portanto esse respeito não é qualquer sentimento natural, mas é antes de tudo um sentimento autoproduzido, pela própria razão, composto de liberdade interna, guiada pela objetividade, se afastando de ações heterônomas e se aproximando de ações autônomas.

O respeito e motivação moral objetivas são, portanto, compostos de ação moral depurada de qualquer ação subjetiva. Não tendo em si paixões e apetites, sendo assim, guiada pela boa vontade, como fim teleológico.

Considerando que se fala numa de suas obras acerca da moralidade, Emmanuel Kant, diz na “A Fundamentação da metafísica dos costumes”, que se poderia ter a impressão teria muito pouco a oferecer quanto a questão da emoção nas ações morais, quando já foi visto que há o elemento da motivação para agir por dever, com isso se quer dizer, que o único sentimento positivo, o que isso quer dizer que ele é acompanhado, por um sentimento mesmo compreendido em sua totalidade de ser, esse sentimento no entanto, não é qualquer sentimento natural, por tanto para Kant esse é o único sentimento evocado pela razão e sua lei moral. Reconhecendo assim que há uma possibilidade de que há uma possibilidade de haver algumas condições em que seja possível de subjetividade que sejam suscetíveis ao dever.

Para concluir a reflexão a cerca da motivação moral e depois ligar a sentido moral e por fim ligá-la-á ao sentimento de respeito, se faz necessário uma análise semântica dos termo móbil , pois isso é muito claro quando o autor em questão fala do sentimento de respeito, enquanto entendido como uma consciência moral e a que se deve ser analisada e refletida a partir de móbil da moralidade.

Desmembre-se o móbil do motivo, o primeiro para o moralista em que essa investigação se aplica está voltado para o campo da subjetividade e das inclinações, portanto possui características próprias da subjetividade e mais próximo então da linha empírica. Enquanto o segundo o motivo é visto por Kant como motivo moral, ou seja, propensão á, e que mais se alinha a moralidade em perspectiva objetiva.

Já a questão central para Emmanuel Kant, é portanto, o entendimento do fundamento determinante do objetivo moral, como horizonte da fundamentação moral, seja em seu início subjetivo e no desenvolvimento da compreensão se torne objetivo, ou seja que inicia em uma linha empírica do conhecimento e é concluída no racionalismo de forma objetiva. O pressuposto final dessa questão é que em que medida a motivação moral leva a ser efetivo esse cumprimento a lei moral pelo sentimento de respeito posto como dever a moralidade, motivado pela boa vontade.

Em resumo o conceito do dever no agir moral dado de forma objetiva, faz com que surja uma concordância, conformidade com a lei moral, e sendo subjetivamente a máxima de que o respeito por essa lei seja o único meio em que se determina a vontade, com isso aprece a distinção diante do agir moral em suas motivação, a partir da ideia de uma consciência de ter agido conforme o dever e por dever isto é em respeito a lei.

3. O Sentimento de Respeito e suas Relações com Racionalismo e o Empirismo.

Por se tratar de um sentimento moral ele abre caminho para uma grande diversidade de reflexões, e uma das principais perguntas que aparece no horizonte se este sentimento ele se apropria mais de elementos da linha racionalista do pensamento filosófico e ético, portanto, objetivo. Ou ao que parece ele se encontra mais perto de uma linha do pensamento empírico, se ao que parece o lado subjetivo.

Na esteira do pensamento humano se percebe que as linhas gerais do pensamento humano sempre se colocam em duas linhas bem distintas, para Kant sempre foi claro essas distinções, primeiro sempre ouve aquilo que é dado pela razão de forma a priori, sem o qual

jamais pode haver algum questionamento, ao passo que a outra linha por se fixar com maior peso sobre os juízos a posteriori, e portanto subjetivos, não podem para Emmanuel Kant sem o princípio máximo de uma moralidade.

Colaboram para a reflexão nesse sentido os imperativos dados pela moralidade, que também podem ser lidos distintamente, categóricos tendo como fim e objetivo a razão, pois também são tidos como mandamentos, ao passo que também há os imperativos dados de forma hipotéticos, que também tem como fim a racionalidade e a objetividade, neste sentido, pouco menos valorizados por Kant, mas de igual importância para seu arquitetura moral.

Também não se pode perder de horizonte a importância das máximas morais, pois para Kant o importante nesse sentido, defende que uma máxima moral pela objetividade e sua aplicabilidade prática pura, lhe conferem ao que parece um bom quesito para dar validade ao pensamento de uma ação moralmente com valor, e vindo dos juízos recorrentemente ditos como a priori e originados na razão pura.

Adensam a reflexão do sentimento moral de respeito, o conceito do dever, que se liga nitidamente ao conceito de uma boa vontade, além destes elementos já levantados na sua obra *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a reflexão da Autonomia, dignidade e reino dos fins, que são as bases finais que o filósofo oferecerá, na passagem de uma metafísica dos costumes, para uma crítica de uma razão pura e prática. Para muitos comentadores de Kant, a sua moralidade é definida um tanto como circular. Será justamente dizer o contrário disso nas próximas páginas dessa investigação monográfica e filosófica.

3.1 A Hipótese da Leitura de Duas chaves de Interpretação

Um dos pressupostos mais básicos do ser humano é que na linha da filosofia e também da biologia, se admite que homem seja, conhecido e lido e pensado em duas linhas, a primeira muito mais valorizado pela filosofia que a questão do conhecimento que se liga a questão da razão, a segunda fica também ao cargo do mesmo modo de pensar, mas que se preocupa em como esse ser humano, dotado de razão, conhece o mundo e o percebe, a linha da sensibilidade.

Consideremos um pouco do que diz Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, quando ele se coloca a refletir sobre o que o ser humano, quando ele está debruçado a pensar o diante do interesse que está ligado às ideias da moralidade. Justamente no momento que Emmanuel vai colocar seu maior acento sobre a razão do que sobre o entendimento. Aqui

soa um pouco como se fosse o princípio do caminho epistêmico a cerca da mente, do qual essa investigação não se porá a pensar, seguindo.

“... um ser racional deve considerar a si mesmo, como inteligência, portanto, não pelo lado das forças inferiores, não como pertencendo ao mundo sensível, mas como pertencendo ao mundo inteligível; tem por conseguinte dois pontos de vista dos quais pode considera-se a si mesmo a reconhecer as leis do uso das, portanto, de todas as suas ações: primeiro, enquanto pertence ao mundo sensível, sob leis naturais (heteronomia) o segundo, como pertencente ao mundo mais inteligível, sob leis que independentes da natureza, não são empíricas, mas fundadas somente na razão.” Página 102. Kant

No que tange a reflexão acerca do Sentimento de Respeito diante da hipótese da possibilidade de duas linhas investigativas, tanto por ser em linha racionalista quanto também por ser em linha empirista, e se este pode vir a ser um elo que liga os dois pontos equidistantes na arquitetura moral Kantiana.

Uma vez mais aqui é reafirmado que para Emmanuel Kant, o homem é dotado de razão e sensibilidade, e uma palavra de definição que ele utiliza muito e de pertencimento ao mundo sensível como também a o mundo da razão, se considere em Kant no modo pensar a sua moralidade, principalmente no que concerne os princípios supremos do agir moral, se sabe ao que parece o maior valor posto sobre a razão que fique bem claro, mas há também um diálogo feito com o mundo sensível.

Adiante para se justificar esse pensamento será considerado os seguintes pressupostos o elemento racional que se vale das leis da autonomia humana, e o outro ponto que se soma a isso, vem a ser os elementos da sensibilidade, portanto adjuntos a leis da natureza. O caminho então começa pela obrigação moral que livra o homem de uma mera referência a moralidade natural e o subordina a lei racional de uma liberdade.

“Mas porque *o mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível, e portanto também das suas leis*, sendo assim, com respeito à minha vontade (que pertence totalmente ao mundo inteligível), imediatamente legislador e devendo também ser pensado como tal, resulta daqui que, posto por outro lado me

conheça como ser pertencente ao mundo sensível, terei, como inteligência, de reconhecer-me submetido à lei do mundo inteligível, isto é à razão, que na ideia de liberdade contém a lei desse mundo, e portanto à autonomia da vontade; por conseguinte terei de considerar as leis do mundo inteligível como imperativos para mim e as acções conformes a este princípio como deveres.
Kant Página 104

Considerando as duas possibilidades que se apresentam para a moralidade, ou seja, duas, e possível indagar que a receptividade tem a relação com o mundo sensível, onde residem estes sentimentos dados por esse modo de realidade.

Na moralidade kantiana, e mais precisamente em sua obra a fundamentação da metafísica dos costumes fica evidente que o elemento da receptividade vem a tornar possível e que sentimentos morais sejam também plausíveis, e mesmo ainda considerados por Kant, como sendo sentimentos morais, que visam lograr uma ação com um determinado fim, estejam estes também ligados a um processo de consciência em perceber como a sensibilidade se comporta, para daí pelo exercício da razão chegar a um bom termo, que é o cumprimento da razão, por esse sentimento de respeito, elo de ligação ao racionalismo e também está muito próximo a o mundo da sensibilidade.

O que fica evidenciado nesse sentido é que mesmo Kant tendo essa abertura aos dois mundos o da razão e também ao mundo da sensibilidade, aparece no horizonte que a superioridade da razão deve prevalecer ainda que o ser humano, como ser que pensa e busca refletir, este jamais pode abrir a mão no daquilo que se refere as ações morais.

Junto com essa investigação filosófica no tange o sentimento de respeito, se faz necessário pensar a questão da consciência que se faz presente tanto no mundo da razão como também aparece no mundo da sensibilidade, tendo aqui um alerta e importante esse princípio, contudo se afaste das meros efeitos da causalidade, na mesma medida seja procurando se afastar de um agir moralmente que seja imbuído de inclinações e apetites interiores.

Kant afirmar em sua obra A Fundamentação da Metafísica dos Costumes, que todo homem deve pôr como interesse o sentimento moral, e para Kant tal sentimento moral, possui por exemplo como que possuindo um resultado subjetivo, na linha em que a lei vai originando numa influência sobre a vontade, a qual não somente lhe cabe oferecer os princípios da objetividade.

Sabendo disso Kant, trará em sua arquitetura moral a dizer que a razão em sua superioridade moral, influencia diretamente neste sentimento outorgado por ele como sendo objetivo. Para isso se segue uma pequena citação na qual ele aprofunda essa questão.

Para que um ser, ao mesmo tempo racional e afectado pelos sentidos, queira aquilo que só a razão lhe prescreve como dever, é preciso sem dúvida uma faculdade da razão que *inspire* um *sentimento de prazer* ou de satisfação no cumprimento do dever, e, por conseguinte, que haja uma causalidade // da razão que determine a sensibilidade conforme aos seus princípios. Mas é totalmente impossível compreender, isto é tornar concebível *a priori*, como é que um simples pensamento, que não contém em si nada de sensível, pode produzir uma sensação de prazer ou de dor; pois isto é uma espécie particular de causalidade, da qual, como de toda a causalidade, absolutamente nada podemos determinar *a priori*, mas a respeito da qual temos de consultar só a experiência. Ora, como esta não nos pode oferecer relação alguma de causa a efeito senão entre dois objectos da experiência, e como aqui a razão pura deve ser, por simples ideias (que não fornecem nenhum objecto para a experiência), a causa de um efeito que reside, sem dúvida, na experiência, é-nos totalmente impossível a nós homens explicar como e porquê nos interessa a *universalidade da máxima como lei*, e, portanto, a moralidade. Apenas uma coisa é certa: — e é que não é *porque tenha interesse* que tem validade para nós (pois isto seria hete-ronomia e dependência da razão prática em relação a um sentimento que lhe estaria na base, e neste caso nunca ela poderia ser moralmente legisladora), mas sim interessa porque é válida para nós como homens, pois que nasceu da nossa vontade, como inteligência, e portanto do nosso verdadeiro eu; *mas o que pertence ao simples fenómeno é necessariamente subordinado pela razão a constituição da coisa em si mesma.* Kant Pagina 113

Com isso fica uma vez mais afirmada a posição de Kant em sua forma de organizar a moralidade a partir do que ele pensa, como sendo uma moral em que o dever para os indivíduos

racionais devem, por obrigatoriedade evoluir até uma maior humanidade, que supõem todas as suas possibilidades na linha do empirismo e por tanto da sensibilidade, de suas inclinações, já o que Kant vem a propor para ajustar todo esse esquema e propor o elemento teleológico, que faz pensar o fim para qual o ser humano dotado de uma racionalidade e também de uma sensibilidade, qual o fim a que este deve estar determinado, pois em seu trajeto moral até aqui posto se serve de uma constante evolução em que Kant, propõem uma saída de um conhecimento meramente moral comum, passando em um segundo estágio para segundo estágio que uma metafísica dos costumes, que supõem a ideia de um agir moralmente bem de forma habituada, concluindo assim com a crítica de uma razão pura e prática que faz pensar, uma moralidade mais perfeita.

Pois o que deve para Kant neste sentido estar no horizonte do ser humano é que há um ordenamento moral, por uma razão pura e prática, que se justifica em um mandamento por máximas e imperativos categóricos, que se baseiam em ações movidas por motivações morais, que aliadas com o sentimento moral de respeito, vem a tornar tanto pela subjetividade e como também pela linha de um dever propriamente dito. E que no aprimorar-se por hábitos de uma boa vontade possam assim chegar a mais pura das intenções e assim também chegar a uma maior vida virtuosa. O que ele pretende aqui é que os seres dotados de razão procurem ao máximo eliminar todo e qualquer móbil dado pela sensibilidade, mas ao mesmo tempo sabendo que aí que se inicia o movimento pelo sentimento moral, mas que chega a sua plenitude no dever, no princípio máximo da moralidade, que visa que ações sejam tidas em caráter de uma universalidade, se afastando também no mesmo sentido de toda e qualquer inclinação a sensibilidade e dos bens particulares. Mas que tudo isso supõe um movimento de uma ação do puro sentimento moral de respeito dentro da moralidade e da razão.

Sabendo que o ser humano é um ser dotado de uma consciência e por isso em seu entendimento é capaz de tecer juízos e ao mesmo tempo e fazer escolhas, pode se concluir que diante das motivações morais e também pelo caráter da boa vontade altamente defendida por Kant, os deveres que se lhe aparecem as consciências dos indivíduos aparecem, como juízos a serem feitos e devidamente ponderados em vistas de poder escolher o que esteja mais de acordo com o dever moral.

Contudo na esteira do pensamento elaborado por Kant, as coisas não estão bem simples assim, se por um lado o ser humano tem uma capacidade inata de que em suas mãos possui a capacidade de julgar, como indivíduo dessa legislação moral vem como efeito desse caminho

o que se pode conceituar como a liberdade, em que todas as ações e leis aparecem como que sujeitas.

Sabendo que Kant, sempre apresenta uma atitude pensar de forma clara e distinta no fim desse processo em sua obra A fundamentação da metafísica dos costumes, em que já se aproxima de seu objetivo que é a chegada a uma crítica de uma razão pura e prática, ele traz em seu texto a imagem do homem em suas faculdades de perceber e julgar, os modos que esses elementos vão o caracterizar.

Nesse sentido o que primeiro aparece no horizonte é a figura do acusador que pensa e reflete e tece juízos acerca das ações e dos objetos, que aparece na frente do qual permite um defensor do acusado que pondera e verifica se isso aparece no horizonte do dever como sentimento de respeito por essa lei. Sendo que nesse fórum aparece como solução última, o Juiz da razão, para dar o seu veredito final, o que pede um respeito de forma incondicional ao seu veredito, nesse tribunal dado pela razão. Kant Páginas 97-120.

Concluindo, Kant, defende que esse processo seja de suma importância, pois os embates que ocorrem entre esses impulsos naturais além que se chegue ao conhecimento profundo e os dou nome para que sejam dominados, antes disso afetam diretamente a ação moral. Com isso é necessário se investigar de algum modo a parte racional do ser humano. Kant valoriza quando a razão fica feliz com o seu recobrar de guia das ações, nesse sentido a consciência dos sentimentos morais se alegram por ter chegado novamente a fazer a sua morada na liberdade. Originando assim um domínio das ações que surgem a partir de uma já dada disposição para o natural e ao mal.

3.3 Receptividade e Formação da Consciência Moral.

Pelo já percorrido até aqui nessa investigação se sabe e pelas defesas já bem estabelecidas anteriormente, se sabe que a razão é muito valorizada por Kant, acontece que o ser humano, ou qualquer outro ser dotado de racionalidade, é jogado no mundo, mundo este que abarca tanto, na linha epistemológica do conhecimento humano, duas questões a primeira é que o ser humano possui aptidão para aprender, ou seja tem uma faculdade intelectual, ao passo que ele também possui uma faculdade sensitiva, ou seja de que como ele no ato de estar no mundo, faz as suas percepções, e depois pela razão em linha ética e em linha moral, faz juízos morais acerca das ações que lhe copelem.

Para ir finalizando essa investigação sabemos que os seres racionais pertencem a um mundo, e nele vivem e o percebem, e fazem juízos a respeito desse mundo, daqui por diante irá ser feito um esforço de perceber como a receptividade com fim de perceber o mundo trabalha junto com a consciência moral, e tendo em vista o fim teleológico do ser humano, que agir moralmente, será procurado perceber como o sentimento moral de respeito pela lei moral, pode ser o elo que liga ambas faculdades. Sentimento Pagina 94

Uma das atribuições que recebe a consciência moral e a definição dada a ela por muitos comentadores, como sendo o fato da razão, que se liga ao sentimento moral de respeito como que subordinado a esta lei. Já no que tange a receptividade, que seria um modo de entender como a consciência moral funciona a partir da linha de percepção do mundo. SENTIMENTO PAGINA 94

Um caminho possível para entender o conceito de respeito, e sua produção moral, na sua relação com a receptividade, se baseia na vontade e na universalidade pela lei moral, que vem a dar validade pelo sentimento de respeito e não por qualquer intuição. Portanto, pode se dizer que o processo mental moral inicia, com base em como o a mente percebe e elabora o mundo dado as suas percepções, ao passo que a razão se servirá de uma consciência moral, que venha a verificar a sua validade, no campo da razão, com seus juízos feitos de forma a priori, já dados por um principio de moralidade, perfeito, ao qual não se pode conceituar em linhas diretas e verbalmente, pois o principio supremo da moralidade se torna por assim dizer inexplicável. Contudo há uma aplicação pura e prática por puro respeito a essa lei moral. SENTIMENTO PAGINA 96

Um outro argumento que se segue para entender em como se pode entender a receptividade se une ao sentimento de respeito, é que ela tem o papel de captar as coisas na realidade, passar para consciência moral, que guiada pelo sentimento de respeito, esse sentimento aparece ai como puro de destituído de intenções contrárias a moral, ao passo que as sensíveis se pautam, por mobiles e apetites interiores, nesse sentido percebe a importância da capacidade de recepção das coisas do mundo, não feitas de forma passiva, mas sim de forma ativa, característica essa assegurada pela ação da razão, que confere a todo processo um fim dado por imperativos, mandamentos e obrigatoriedade. Sentimento Pagina 97

Com base a tudo o que foi dito até aqui, como o papel da consciência moral que é reconhecido como um sentimento moral sensível, portanto Kant vem afirmar que esse elemento racional se revela em uma origem a priori, é uma modificação da receptividade moral dado pela

boa vontade. Como prerrogativa subjetiva do agir que compete com alguns mobiles e apetites, que geram tanto movimentos sensíveis a favor como também movimentos que visam repelir essas questões, a tudo isso é colocado o horizonte do modo empírico, contudo o que deve prevalecer são ações morais, a definir, como livres e por respeito a essa lei moral. Sentimento
Página 100.

Concluindo, o que se propôs até esse ponto da investigação sobre a moralidade kantiana em toda a sua estrutura, foi pensar nos possíveis elos que unem de algum modo o racionalismo e empirismo, ao passo que se sabe que para Kant, o primado moral é posto sobre a razão, contudo e na mesma medida se sabe que uma relação entre as mais diversas faculdades, sejam elas da razão, pelo mundo racional ou ainda pela sensibilidade dado pelo mundo da natureza.

Se percebe que neste caminho se viu que a consciência moral, está intimamente próxima a receptividade, sabendo também que esta está ligada primordialmente ligada a um sentimento moral original. Se deduz na mesma medida que os conceitos definidos a partir de uma sensibilidade são importantes, mas se sabe que Emmanuel vem a defender em sua arquitetura moral o primado da razão, que se liga ao conceito de boa vontade, que esta no mesmo sentido em harmonia com o dever, que se põem como princípio moral na linha do que fala Kant, com relação a um imperativo categórico, manda as ações serem por puro respeito a lei moral. Com isso o mundo percebido deve sempre receber como efeito o agir puro da razão pela lei moral. Sentimento 100

Conclusão

Esta monografia se debruçou sobre a ética filosófica, e mais precisamente sobre um determinado autor, Emmanuel Kant, que dentro o seu esquema moral de categorias e de pensamentos que vão se desenvolvendo a partir de pensamentos claros e distintos, se preocupou apenas com um tema específico, O Sentimento moral de Respeito, abordado em uma de suas obras A Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Mas o que afinal se conclui depois de tantas linhas escritas e depois de vários dias, procurando criar uma tessitura que compusesse os argumentos que dessem uma ancoragem a pergunta levantada no início dessa investigação?

A pergunta era, pode O Sentimento Moral de Respeito ser um elo, com a finalidade de unir a linha racionalista da filosofia moral ética com a linha empirista moral?

Em sua nota final do livro A Fundamentação da Metafísica dos Costumes Kant, vai dizer o seguinte “o uso especulativo da razão, com respeito à natureza, conduz à absoluta

necessidade de qualquer causa suprema do mundo; o uso prático da razão, com respeito a liberdade conduz também a uma necessidade absoluta” Fundamentação 116 e ele continua no mesmo parágrafo “mas somente das leis das ações de um ser racional como tal” Fundamentação 116.

Com o que foi dito anteriormente se Deduz, como já dado por Kant o primado da razão, a qual toda a sua moralidade deve ser orientada, ou seja quando ele menciona o imperativo categórico como a representação de um princípio objetivo, que ele também define como mandamento, Fundamentação 48. Já sugere esse dado como a priori, da importância da razão. E dela surge a ideia princípio supremo de todo o dever, Fundamentação 60. Dai decorre se a conclusão de que a razão é um elemento do qual não se pode questionar em Kant.

Mas o que dizer do empirismo e o sentimento de respeito? Aqui se faz necessário trazer o argumento do mundo sensível ou mundo da natureza quando Kant, diz que “por ele não criar a si mesmo, e por ter em si um conceito a priori, mas sim um conceito recebido empiricamente, é natural que ele só possa tomar conhecimento de si, pelo seu sentido íntimo” Fundamentação 100. Se deduz que o sentimento de respeito seja autodeterminado pela razão. E que rejeita os dados da sensibilidade, em linhas de validade moral, contudo não as rejeita.

Outra coisa importante aqui na conclusão é lembrar do caminho que ele propõem na moralidade, a partir da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, é que ele define a primeira forma de conhecimento, “Moral Vulgar” e no fim uma moralidade que se apresenta como sendo uma “Crítica da Razão Pura Prática. Na primeira esta mais marcada os elementos da sensibilidade, e como ele diz do Mundo Natural, movido pelos mobiles e apetites interiores. Quanto a o segundo o mais perfeito, dado pela razão autodeterminada, e que se autoproduz, a partir do conceito de autonomia. Fundamentação 100.

O sentimento de respeito, neste sentido definido por Kant, como o princípio máximo da moralidade, se aproxima mais da razão, na qual cumpre seu dever teleológico no reino dos fins Fundamentação 75. No cumprimento da lei moral como um mandamento, o que faz esse sentimento se ver longe de ações movidas pela sensibilidade e se comportando de forma heterônoma, guiada pela inclinação e pelos gostos. Fundamentação 90.

Portanto, O sentimento de Respeito, como sendo originado pelo princípio supremo da moralidade, e este portanto estando ligado a razão, que está dentro do conceito de boa vontade, não pode estar, sob qualquer ação de uma mero móbil ou apetite de prazer dado por algum sentido empírico. Pois a sensibilidade jamais poderia oferecer o horizonte da universalidade

defendido Kant. “Em outras palavras não se encontra, a verdade, pois as sensações contrariariam o dever e as Máximas” Fundamentação 62.

Logo o sentimento de respeito esta como que subordinado ao tribunal da razão do qual não pode se pensar de forma diferente, e é justamente por ter essa definição estrita, que ele não pode sofrer uma ação empírica formal, pois está se encontra em questões relacionadas ao particular, ao passo que o particular e o sensível, jamais pode jugar uma ação como valida, a partir dos imperativos e mandamentos da lei moral. Portanto o sentimento moral e dado pela razão como validade universal e jamais pelo mundo da natureza e pelas sensações haja vista que elas podem se enganar.

Bibliografia:

KANT, Emmanuel. **A Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. de Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Ediouro, 1974.

Schonecker, Dieter. **Wood W**, Allen. **A “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant**. Trad. Robinson dos Santos e Gerson Neumann. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

Herrero F., Javier. **A Ética De Kant**. Revista Síntese, Belo Horizonte, v28, n 90, 2001.

Ribeiro Menotti, Camila. **A Lei Moral e o Sentimento de Respeito na Filosofia Prática Katiana**. Dissertação de Mestrado, UFSM, 2012.

Margareth Stadnick, Maria, **O Sentimento de Respeito Na Moral Kantiana**, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2007.